

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coarano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Opiniões que se completam sobre a nova Constituição

Um assessor do ministro Mafson da Nóbrega resumiu sua opinião sobre o produto do trabalho de um ano e sete meses da Assembléia Nacional Constituinte dizendo que ela aprovou a proibição da fabricação da bomba nuclear no Brasil porque não é mais necessária: com a entrada em vigor da nova Constituição o País estará inteiramente arrasado.

O velho senador Afonso Arinos, em entrevista publicada ontem pelo jornal carioca O Globo, resumiu a sua opinião dizendo que a nova Carta "resgatará a dívida social acumulada nos últimos vinte anos".

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, as duas opiniões não são antagônicas. Pelo contrário: se completam.

É evidente que o resgate, com a simples promulgação da Constituição, de uma dívida social do tamanho da brasileira terá o efeito de uma bomba nuclear no Estado brasileiro, há muito inteiramente falido, com imediatas e generalizadas irradiações mortais por todo o organismo econômico nacional.

Uma terceira opinião sobre os efeitos da generosidade e da prioridade para o social dos nossos constituintes, vem comprovar a nenhuma discrepância entre as duas primeiras: a opinião do deputado constituinte José Serra, segundo a qual, para atender os novos encargos sociais acarretados pelo novo texto constitucional serão necessários dois PIBs, ou seja, será necessário o dobro do atual Produto Interno Bruto do Brasil. Quer dizer que no momento em que entrar em vigor a nova Carta a economia brasileira terá de produzir imediatamente mais 95 trilhões de cruzados em riquezas. O que nos parece um excesso de otimismo do deputado José Serra. As proporções da miséria que polui a paisagem social do Brasil no momento em que nos preparamos para viver sob a nova ordem constitucional são muito bem resumidas numa outra observação feita pelo senador Arinos, na entrevista citada: "Nunca vi coisa igual em nenhum outro país, a não ser na Índia". E ele estava-se referindo, não ao Agreste Nordestino, mas à cidade do Rio de Janeiro, onde vive.

A conclusão de tudo isso é dupla: 1) o velho senador pelo estado do Rio de Janeiro tem razão ao admitir como provável a hipótese de a nova Constituição não durar muito mais do que a que ele considera a melhor que o Brasil já teve: a de 1934 que durou três anos; 2) quando uma nova assembléia constituinte se reunir para redigir a próxima Constituição — do que seria a novíssima República —, certamente fará constar das Disposições Transitórias o calote da dívida social. O leitor já imaginou o tamanho que ela teria, então, com correção monetária?

Mas vamos falar sério. Afinal, apesar de ser difícil entender como um homem com o currículo de seriedade e de cultura do senador Arinos embarcou, irrestritamente, na mesma canoa da maioria demagógica, inconseqüente e irresponsável que armou a "bomba nuclear constitucional", ele merece, quando mais não seja pelo seu passado, todo o nosso respeito. Sendo assim, prosseguindo na análise de sua entrevista ao jornal carioca, é com todo respeito que lhe perguntamos: ao admitir, respondendo a uma pergunta do jornalista que o entrevistava, que a proximidade das eleições municipais teve decisiva influência nas decisões do plenário da Assembléia Constituinte, não lhe dói a consciência por não ter, do alto da autoridade que granjeou ao longo de tantos anos de vida pública e, principalmente, de atividade cultural, tentado impedir aquilo que sabia ser conseqüência exclusiva da irresponsabilidade de políticos profissionais interessados, não em resgatar efetivamente a dívida social do Brasil, mas exclusivamente em explorar torpemente a pior conseqüência da nossa calamitosa situação social: a ignorância e a boa fé de eleitores sistematicamente ludados, ao longo de toda a nossa história, pelos charlatães que se fazem passar por políticos, na mais nobre acepção do termo?

Respondendo ao jornalista que lhe perguntava se "alguns princípios consagrados no novo texto (constitucional) de alguma forma influirão (negativamente) na crise econômica do País", o velho senador, num tom de quem se desculpa, respondeu: "A situação econômica não está neste estágio em função de um texto constitucional que ainda não existe. Mas em função de outros textos que já existiram" (sic).

Quer dizer, o culto e politicamente experimentado senador conhece perfeitamente a importância decisiva da ordenação jurídica fundamental de um país para o bom funcionamento do seu organismo econômico. Sabe, porque apesar da idade continua lúcido e não perdeu as luzes proporcionadas por sua vasta cultura, que sem o bom funcionamento do organismo econômico não há como evitar que qualquer "dívida social", por maior que seja, continue aumentando. Mas, ainda assim, nada fez para tentar evitar que a nova Carta fosse, principalmente, parte da campanha eleitoral da maioria dos seus pares na Constituinte.

Outra pergunta do jornalista — e neste caso não interessa a resposta que ele deu — serviu para mostrar a inutilidade da sua convicção. Aliás não foi propriamente uma pergunta, mas uma constatação: "O elenco de medidas de boa aceitação popular adotadas pela Constituinte parece ter sido insuficiente para recuperar a credibilidade da opinião na classe política".

O que essa constatação demonstra — e o velho senador devia meditar sobre isso — é que a imensa maioria da população deste país está absolutamente convencida de que a nova Constituição não tem nada a ver com a realidade brasileira.

"O senhor acha que o brasileiro está sem esperança?", perguntou ainda o repórter. E o senador respondeu: "Existe no Brasil muito pouca esperança. E uma das provas de desesperança do brasileiro é o futebol... Os estádios estão vazios".

Os estádios estão vazios, senador, porque o brasileiro já não tem dinheiro nem para pagar as entradas, nem para pagar salários decentes aos grandes jogadores nacionais. O grande futebol brasileiro há muito que está sendo jogado na Europa. É que craque de bola pode emigrar legal-

mente, não precisa arriscar ser clandestino no porão de navios como o Olívia.

Quando até quem tinha todas as condições para ser um verdadeiro líder — aquele que conduz, e não se deixa conduzir, porque tem condições culturais para divisar antes dos outros o caminho certo —, como é o caso do senador Afonso Arinos, se coloca na crista da onda populista, o brasileiro tem toda a razão de sentir-se enojado com o espetáculo político nacional e de querer ir procurar lá fora as condições de viver decentemente que não tem esperança de ver implantadas aqui.

23 AGO 1988

JORNAL DA TARDE

AUC X

ANC p4